

Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
Butiá

Projeto de Lei nº 002300/2004

Processo Nº 00731/2004

Data: 01/07/2004

Promovente: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: ALTERA ARTIGOS DA LEIS MUNICIPAIS Nº 1818/2003 E 1522/2001, REVOGA ARTIGO DA LEI MUNICIPAL Nº 1522/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Comissão Permanente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ

Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 652-1780
Fone 652-5483 – E-mail: camarabutia@terra.com.br

A T O Nº 00754/2004

**INCLUI, Projeto de Lei Nº 2300, DO
EXECUTIVO, NA PAUTA DOS TRABALHOS.**

Ver. DAVI ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORRÊA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 34, inciso I, letra "f", do Rgimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 2300 do EXECUTIVO.

Sala das Sessões, 1 de julho de 2004


DAVI ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORRÊA
Presidente


REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 1 de julho de 2004

"PRESERVE A VIDA. SEJA UM DOADOR"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

AP. UNAN.

Butiá, 30 de junho de 2004.

SENHOR PRESIDENTE:

Pela presente, estamos encaminhando a essa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei, que altera artigos das Leis Municipais nº 1818/2003 e 1522/2001, e revoga artigo da Lei Municipal nº 1522/2001.

Senhores Vereadores, o presente Projeto de Lei visa proporcionar nova alternativa de regularização de débitos, aos contribuintes com dívidas perante a Fazenda Municipal, não somente as relativas a Contribuição de Melhoria, que encontram-se com ação de execução fiscal ajuizadas, bem como de tributos diversos.

Justifica-se tal projeto tendo em vista o alto valor dos débitos, e a baixa capacidade contributiva de nossa população, sendo que a regularização dos débitos anteriormente citados, em nosso entendimento, passa através de um parcelamento mais longo, sob pena de estarmos de outra forma, inviabilizando os pagamentos de Contribuição de Melhorias e IPTU. Devemos considerar ainda a escassa capacidade de endividamento dos contribuintes que, com os novos prazos e condições de pagamento, poderão saldar seus débitos, aumentando a arrecadação e diminuindo a inadimplência.

Por essa razão, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, rogamos pela apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, em Sessão Extraordinária.


FERNANDO RUSKOWSKI LOPES
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ



C/ 02 Emenda

PROJETO DE LEI nº 2300/04

**ALTERA ARTIGOS DAS LEIS
MUNICIPAIS Nº 1.818/2003 E
1.522/2001, REVOGA ARTIGO DA LEI
MUNICIPAL Nº 1.522/2001, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Fernando Ruskowski Lopes, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.818/2003, que passará a ter a seguinte redação:

"§ 1º - O parcelamento ou reparcèlement poderá ser efetivado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com juros de 0,5%, ao mês."

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único, do artigo 6º da Lei Municipal nº 1.522/2001.

Art. 3º - Os débitos parcelados nos termos das Leis municipais nº 1.818/2003, 1.522/2001, 1.557/2001, poderão ser reparcèlement 01 (uma) vez.

§ 1º - Os débitos reparcèlement nos termos deste artigo, estarão sujeitos ao acréscimo de Correção monetária, multa e juros de mora, até a data do reparcèlement, nos termos previstos na legislação em vigor.

§ 2º - Vencidas 04 (quatro) parcelas consecutivas do reparcèlement de débito previsto neste artigo, sem o efetivo pagamento, considerar-se-á vencidas as demais automaticamente, sendo vedado novo reparcèlement.

Art. 4º - Os débitos parcelados nos termos da Lei Municipal nº 1.818/2003, e que forem reparcèlement nos termos da presente legislação, terão anistia do pagamento de multa sobre a dívida.

Art. 5º - Os parcelamentos ou reparcèlement de débitos, efetivados nos termos da presente Lei ou das Leis municipais nº 1.818/2003, 1.522/2001, não poderão ter valor inferior a R\$ 15,00 (quinze reais).

Parágrafo Único - Entenda-se como valor mínimo previsto neste artigo, o total pago mensalmente, por parcelamento feito isoladamente, ou a soma de dois ou mais parcelamentos com data de vencimento no mesmo mês.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

Art. 6º - Os contribuintes que com créditos tributários de Contribuição de Melhoria, que saldarem integralmente suas obrigações, até 31 de dezembro de 2004, é concedida anistia do pagamento da respectiva multa e juros de mora incidentes sobre a dívida.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará por Decreto, no que couber, a presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

FERNANDO RUSKOWSKI LOPES
Prefeito Municipal

REGISTRE -SE E PUBLIQUE-SE
Em


FATIMA JALUSA FLORES OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração

PROJETO DE LEI nº 2300/04

REDAÇÃO FINAL

ALTERA ARTIGOS DAS LEIS
MUNICIPAIS Nº 1.818/2003 E
1.522/2001, REVOGA ARTIGO DA LEI
MUNICIPAL Nº 1.522/2001, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fernando Ruskowski Lopes, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.818/2003, que passará a ter a seguinte redação:

"§ 1º - O parcelamento ou reparcimento poderá ser efetivado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com juros de 0,5%, ao mês."

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único, do artigo 6º da Lei Municipal nº 1.522/2001.

Art. 3º - Os débitos parcelados nos termos das Leis municipais nº 1.818/2003, 1.522/2001, 1.557/2001, poderão ser reparcitados 01 (uma) vez.

§ 1º - Os débitos reparcitados nos termos deste artigo, estarão sujeitos ao acréscimo de Correção monetária, multa e juros de mora, até a data do reparcimento, nos termos previstos na legislação em vigor.

§ 2º - Vencidas 04 (quatro) parcelas consecutivas do reparcimento de débito previsto neste artigo, sem o efetivo pagamento, considerar-se-á vencidas as demais automaticamente, sendo vedado novo reparcimento.

Art. 4º - Os débitos parcelados nos termos da Lei Municipal nº 1.818/2003, e que forem reparcitados nos termos da presente legislação, terão anistia do pagamento de multa sobre a dívida.

Art. 5º - Os parcelamentos ou reparcimento de débitos, efetivados nos termos da presente Lei ou das Leis municipais nº 1.818/2003, 1.522/2001, não poderão ter valor inferior a R\$ 15,00 (quinze reais).

Parágrafo Único - Entenda-se como valor mínimo previsto neste artigo, o total pago mensalmente, por parcelamento feito isoladamente, ou a soma de dois ou mais parcelamentos com data de vencimento no mesmo mês.

Art. 6º - Os contribuintes que com débitos tributários de Contribuição de Melhoria, que saldarem integralmente suas obrigações, até 31 de dezembro de 2004, é concedida anistia do pagamento da respectiva multa e juros de mora incidentes sobre a dívida.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará por Decreto, no que couber, a presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

FERNANDO RUSKOWSKI LOPES
Prefeito Municipal

REGISTRE -SE E PUBLIQUE-SE
Em

FATIMA JALUSA FLORES OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 652-1780
Fone 652-5483 – E-mail: camarabutia@terra.com.br

AUTÓGRAFO Nº 694/2004

Projeto de Lei Nº 2300/2004, DO EXECUTIVO.
DATA: 1 de julho de 2004

Ver. DAVI ANTONIO DE OLIVEIRA CORRÊA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais, DECLARA que nesta data, esta Casa Legislativa APROVOU em Sessão EXTRAORDINÁRIA, o Projeto de Lei nº 2300, do Legislativo, por unanimidade.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 1 de julho de 2004



Ver. DAVI ANTONIO DE OLIVEIRA CORRÊA.
Presidente

"PRESERVE A VIDA. SEJA UM DOADOR"